----------ATA Nº. 5----------

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2018: Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, reuniu pelas vinte e uma horas e trinta minutos, em sessão ordinária, na Escola Profissional Vasconcellos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves e pelos 1.º e 2º Secretários, o Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público; Período da Ordem do Dia: -

1) Votação das Atas n.ºs 3 e 4; ----------
2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ----------
3) Listagem de Compromissos Plurianuais; ----------
4) Certificação Legal das Contas de 2017 – Parecer do Auditor Externo; ----------
5) Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2017; ----------
6) Revisão Orçamental n.º 2. ----------

Uma vez declarada aberta a sessão, a Senhora Presidente da Mesa referiu que o 1.º Secretário da Mesa, Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, iria proceder à chamada dos membros da Assembleia Municipal. ----------

Os Senhores Deputados Municipais, Bruno Manuel Pereira Coimbra e Rodrigo Manuel Gomes Breda, solicitaram a sua substituição, o que veio a verificar-se por Sandra Isabel Ferreira Carvalho. A Senhora Deputada Municipal, Cristiana Raquel Alves Duarte, convocada em substituição de Bruno Manuel Pereira Coimbra, não esteve presente na sessão. O Senhor Deputado Municipal, Nuno Miguel Ferreira de Melo, não esteve presente. O Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Luso solicitou a sua substituição pelo Senhor João Carlos Henriques Silva. ----------

Estiveram ainda presentes, os Senhores Presidente da Câmara, Rui Manuel Leal Marqueiro e Vice- Presidente, Guilherme José Campos Duarte e Vereadores, Hugo André Afonso Alves e Silva, Adérito de Almeida Duarte, em substituição de Sara Isabel Marques Ferreira, Arminda de Oliveira Martins, Sónia Cristina Branquinho de Almeida e Nuno Gonçalo Castela Canilho Gomes. ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** ----------

1) O Senhor Óscar Manuel Ferreira Carvalho, residente no Luso, pediu a palavra para intervir sobre o Luso, solicitando informações sobre o estado do saneamento, sobre os trabalhos a executar na Quinta do Alberto após a derrocada e sobre os arranjos da estrada de Carpinteiros (inicio: após 10 minutos; fim: após 13 minutos) - A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou que em relação à estrada de Carpinteiros, a Câmara Municipal tem a empreitada adjudicada, e que se aguarda apenas a melhoria das condições climatéricas para realizar os trabalhos de colocação de novo tapete. Relativamente ao saneamento,

há um conjunto de imagens que terão que ser analisadas, mas os serviços não detetaram nenhuma situação grave que exija uma intervenção imediata. Quanto à Quinta do Alberto, informou que existe um estudo geotécnico que levanta variadíssimos problemas, devendo ser encontrada uma solução técnica para que não haja mais desmoronamentos, mas é necessário aguardar pela melhoria do tempo para ser feita a intervenção para a resolução da situação (inicio: após 13 minutos; fim: após 17 minutos) ----------

Não tendo havido outras intervenções do público, a Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** ----------

Inscreveram-se os Senhores Deputados Municipais: Marilisa Duarte, Ana Luzia Cruz, João Louceiro e Susana Almeida. ----------

1) A Senhora Deputada Municipal, Marilisa Duarte, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu o seguinte: ----------

"Na última reunião de câmara, a 3 de Abril, foi apreciado um pedido extraordinário da Escola Profissional da Mealhada, Lda, referente às rendas devidas decorrentes da utilização destas mesmas instalações para a EPVL. ----------

Ora, é sabido por todos o valor que reconhecemos à instituição e àquilo que representa no nosso concelho.É serviço público aquele que entrega aos alunos do nosso concelho, aos do exterior, mas também à sociedade e à economia local. --

Manter a EPVL é um compromisso que todos devemos assumir. O seu trabalho será em muitas coisas equiparável ao das escolas públicas, contudo difere destas numa questão formal. ----------

É que a Escola Profissional da Mealhada, Lda é uma sociedade. É uma sociedade em que o sector público local e o sector privado deram as mãos com um propósito meritório e de reconhecida valia. ----------

Aplaudimos o empenho Municipal, da Caixa de Crédito Agrícola da Beira Aguieira e mais recentemente das duas IPSS, na prossecução deste trabalho para toda a comunidade. Contudo, sendo para todos, ele não é formalmente de todos, porque o seu capital é também de 3 privados. Ou seja, quando se aprova um perdão de mais de 100.000€ de rendas está-se a escolher uma forma de financiamento da instituição que nos parece incorreta. ----------

Qualquer sócio tem forma de colocar dinheiro numa sociedade basta por exemplo que o faça através de aumento de capital ou através de empréstimo de sócio. -------

Não nos parece portanto que a solução de perdoar uma dívida seja a forma correta de resolver um problema de curto prazo, que é precisamente o que é invocado pela gerência da sociedade. ----------

Mealhada, 13 de abril de 2018.(assinatura)" (inicio: após 17 minutos; fim: após 20 minutos) ----------

2) A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte Proposta de Recomendação: ----------

"PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO ----------

Recomenda à Câmara Municipal de Mealhada a adoção de procedimentos para implementar a transmissão em direto das reuniões públicas da Câmara e da Assembleia Municipal. ----------
Considerando que ----------
a) é importante aproximar a população do exercício do poder político; ----------
b) fomentar uma cidadania mais participativa; ----------
c) aprofundar a democracia e a participação de todos nas decisões políticas; --------
d) promover a transparência da atuação dos órgãos autárquicos do concelho da Mealhada. ----------
Assim, a Assembleia Municipal de Mealhada, reunida em Sessão Ordinária a 13 de abril de 2018, delibera:----------
1) recomendar à Câmara que agilize procedimentos para que a partir da próxima reunião autárquica de âmbito público, seja possível transmitir as suas sessões ordinárias e extraordinárias em direto. As transmissões das sessões poderão ser visualizadas através da internet, nos formatos de vídeo e áudio, acessível a todos os cidadãos e cidadãs. ----------
2)recomendar que seja efetuada a transmissão em direto, através de "online streaming" de todas as reuniões públicas da Câmara Municipal da Mealhada e Assembleia Municipal da Mealhada ficando os registos vídeo das reuniões disponíveis no site do Município. ----------
3)recomendar que cada vereador, deputado municipal ou força política representada na Câmara Municipal da Mealhada ou Assembleia Municipal da Mealhada, tenha um espaço no site do Município destinado à divulgação das suas posições e propostas no exercício do respetivo mandato. ----------
Bloco de Esquerda da Mealhada, Ana Luzia Cruz, 13 de abril de 2018" (inicio: após 21 minutos; fim: após 23 minutos) ----------
De seguida, solicitou a verificação das passadeiras em frente à EB 2, 3 por entender que não oferecem condições de segurança. Relativamente ao pedido de perdão da dívida da Escola Profissional Vasconcellos Lebre, questionou sobre a participação dos restantes acionistas na superação das dificuldades económicas da mesma; sobre a participação na votação do Vereador Nuno Gonçalo Castela Canilho Gomes, Diretor da Escola Profissional Vasconcellos Lebre e membro do Conselho Fiscal da Caixa de Crédito Agrícola Bairrada Aguieira; sobre a licitude de se concluir que é um perdão de dívida a um dos acionistas, no caso, a um banco privado e concluiu que, o Bloco de Esquerda entende que a Câmara não deve prescindir da dívida que tem a receber (inicio: após 23 minutos; fim: após 26 minutos) ----------
4) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, no uso da palavra, apresentou e seguinte moção: ----------
"O PCP traz a esta sessão, uma vez mais, um assunto que não está resolvido, nem teve, até ao presente momento da legislatura iniciada em 2015, evolução que aponte para uma esperada solução. Falamos da extinção e agregação de freguesias que atingiu, também, o nosso concelho. Entendemos e propomos que é necessário voltar a olhar para esta questão e, cada um de nós, assumir posição sobre o assunto, o

que permitirá uma salutar clarificação pública de posições das forças políticas aqui presentes e de cada um dos deputados e representantes que compõem esta assembleia. ----------

Nesse sentido, o PCP apresenta a moção PELA REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS, requerendo à mesa que seja posta à votação neste período antes da ordem do dia.

----------MOÇÃO - PELA REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS----------

Comemoramos, este mês, o 44.º aniversário do 25 de Abril. Mais do que evocar a data da Revolução, comemorar o 25 de Abril é prosseguir a luta, firme e coerente, em defesa dos seus valores e das suas conquistas. ----------

Uma das mais relevantes dessas conquistas é o Poder Local, parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder, que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos: um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira. ----------

O Poder Local democrático operou profundas transformações sociais com intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até, em alguns casos, na resolução de problemas que excediam em larga medida as suas competências. O Poder Local cresceu, genericamente, como um poder próximo das populações e dos seus problemas, com responsabiiidades próprias para cujo exercício, muitas vezes, nem lhe foram atribuídos os meios necessários. ----------

A proximidade é um dos elementos constitutivos do Poder Local democrático, mas muitas têm sido as políticas que atentam contra essa sua caraterística fundamental. Exemplo grave foi o processo de extinção e de agregação de freguesias, consumado em 2013, que eliminou milhares de eleitos autárquicos, provocou maior afastamento entre eleitos e eleitores, trouxe novas dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, desvirtuou o papel das freguesias na organização do poder local, entre outras perdas. Ao contrário do que muitas vezes foi repetido, a reforma administrativa territorial autárquica não trouxe poupança – cuja virtude seria sempre discutível – ao Estado; em muitas situações, resultou, mesmo, em encargos acrescidos. ----------

A presente legislatura, configurada a partir dos resultados eleitorais de outubro de 2015, já ultrapassou largamente a sua metade. Decorreram, ademais, novas eleições autárquicas, sem que na Assembleia da República fosse assegurada a reversão de tal ataque ao Poder Local, não obstante iniciativas legislativas que aí deram entrada. Permanecem defraudadas expetativas que pareciam fundadas quanto à resolução deste problema. ----------

Firme na sua posição de defesa do Poder Local, a Assembleia Municipal da Mealhada, concelho que também foi submetido à dita reforma autárquica, delibera:

1. Reafirmar a exigência de reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos; ----------

2. Apelar a novas intervenções dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de, ao invés do que sucedeu anteriormente, serem aprovadas as medidas legislativas necessárias para esse efeito; ----------
3. Divulgar publicamente esta tomada de posição e fazê-la chegar aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Ministro da Administração Interna e ao Senhor Presidente da República. ----------
13 de abril de 2018,A Assembleia Municipal da Mealhada ----------
Proposta apresentada por João Louceiro, Eleito do PCP" (inicio: após 26 minutos; fim: após 34 minutos) ----------
5) A Senhora Deputada Municipal, Susana Almeida, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção: ----------
"Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. Vereadores, Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Srs. Deputados da Assembleia Municipal da Mealhada, ----------
Meus Senhores e minhas Senhoras ----------
É com grande pesar que me dirijo a V.ªsEx.ªs para, por razões de justiça e respeito pela dignidade e honra da minha pessoa, ver reposta a verdade. ----------
Com efeito, no passado dia 27 de fevereiro de 2018, teve lugar uma reunião da Assembleia Municipal, onde foi submetida a votação a adesão do Município da Mealhada ao Observatório Internacional da Democracia Participativa. ----------
Com o fito de elogiar esta louvável iniciativa do executivo, comecei por salientar a importância da democracia participativa, que, como oportunamente referi nessa ocasião, permite a participação dos cidadãos nas decisões governativas e, consequentemente, alcança o comprometimento, inclusão e responsabilização dos cidadãos relativamente às decisões do executivo. Aproveitei o ensejo para salientar que o exercício da democracia participativa deveria ser feito com urbanidade, polidez e respeito, o que não se tinha verificado no início daquela reunião e, bem assim, nas reuniões anteriores, desde o início do mandato. Em bom rigor, esta falta de urbanidade e respeito verifica-se desde o início da campanha eleitoral, mas permitam-me aqui regressar mais adiante. ----------
A verdade é que, nas três reuniões a que assisti e salvo honrosas exceções, fui espectadora inexperiente e perplexa de um constante arremesso de discursos que, além de crítica política -que, no meu modesto entender, seria suficiente - vêm impregnados de ironia, sarcasmo e, por vezes, até - diria -desrespeito. ----------
No que concerne àquela reunião em particular, o meu discurso direcionou-se justamente para a participação de um munícipe que, de forma irónica, sarcástica e provocatória - e aqui julgo estar a ser até eufemística - apelidou indiretamente o Sr. Presidente de "ludibriador" e "artimanhoso", já que o felicitou vivamente por conseguir enganar e convencer o Sr. Presidente da República no sentido erigir "verdadeiras ruínas" do Bussaco a monumentos nacionais. A reação do Sr. Presidente foi - diria eu - natural e humana, porquanto se limitou a dizer que o Sr. munícipe era um "ignorante", já que era desconhecedor de todo o processo e não sabia do que estava a falar. Sucede que, depois deste episódio, um elemento do

Juntos pelo Conselho da Mealhada, de forma deturpadora e maldosa, como já vem sendo seu apanágio, publicou nas redes sociais que uma deputada do PS da Assembleia Municipal "havia puxado as orelhas" ao Sr. Presidente, acusando-o de "falta de urbanidade e polidez" e de um "excedeu-se". Na verdade, esta vem sendo, lamentavelmente, a postura deste elemento e demais companheiros partidários desde o início da campanha eleitoral, altura em que assistimos a publicações nas redes sociais com apanhados da campanha do PS, totalmente descontextualizados e difamadores, além de assistirmos a caravanas desrespeitadoras que impediram durante largos minutos a continuação de um discurso do candidato do PS à Presidência da Câmara, numa ação de campanha em Ventosa do Bairro, registo que se mantém hoje nas suas publicações e que se verifica igualmente nalguns discursos dos seus companheiros partidários nesta Assembleia Municipal. ----------

Meus Srs., decidiram dedicar-se à res publica e foram eleitos por uma parte dos munícipes deste Município que representam e estou certa de que pretendem prosperidade e bem-estar para todos, ou seja, para os que representam e para os demais. Apelo-vos, pois, para que, apesar das divergências partidárias, alterem esta vossa postura e, de forma humilde, respeitadora e empenhada, prestem verdadeiro serviço público, tal como se propuseram, ou seja, apresentem as vossas propostas, deem o vosso contributo e não esgotem os vossos esforços em denegrir a minha pessoa, oSr. Presidente ou quem quer que se encontre do outro lado da vossa fronteira partidária. ----------

Vejam agora se vão para as redes sociais escrever que uma Deputada do PSt eve a coragem de vos "puxar as orelhas" e apelar a que desenvolvessem um trabalho empenhado e de qualidade em prol do Município, independentemente da sua cor partidária, pois tenho a certeza de que são capazes. ----------

Mais saliento que genuinamente - repito, genuinamente - a minha intenção e o meu desejo é que todos nós consigamos trabalhar com respeito mútuo eempenho para levar ainda mais longe o nosso município e conferir maior qualidade de vida aos nossos conterrâneos, porque foi com esse objetivo que em nós depositaram a sua confiança. ----------

Grata pela atenção. ----------

Susana Almeida (Deputada do PS da Assembleia Municipal) "(inicio: após 1 hora e 4 minutos; fim: após 1 hora e 9 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, colocou à votação a Proposta de Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, tendo votado contra os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, Vacariça e da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes; a favor, os Senhores

Deputados Municipais: Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Marilisa Morais Duarte, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão e Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues. ----------

A Proposta de Recomendação foi rejeitada por maioria com 17 (gravação) votos contra e 8 votos a favor. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -

O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, pediu a palavra, e no uso da mesma, fez uma Declaração de Voto onde apresentou solidariedade com a proposta que aproximaria a população da política e a política da população, lamentando que quem governa se feche em si (inicio: após 1 hora e 12 minutos; fim: após 1 hora e 13 minutos) ----------

A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, pediu a palavra, e no uso da mesma, fez uma Declaração de Voto fazendo suas as palavras do Senhor Deputado Municipal que interveio anteriormente, lamentando a rejeição, pois, contribuiria para a transparência e ajudaria os cidadãos que têm dificuldades em ler atas ou ouvir as gravações (inicio: após 1 hora e 13 minutos; fim: após 1 hora e 15 minutos) ---------

Posteriormente, a Senhora Presidente da Mesa, colocou à votação a Moção apresentada pelo Senhor Deputado Municipal do PCP, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa e Vacariça; tendo-se abstido o Senhor Presidente da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes. ----------

A MOÇÃO PELA REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS foi aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Seguidamente, a Senhora Presidente da Mesa, colocou à votação a inclusão de dois pontos no Período da Ordem do Dia, uma vez que os mesmos surgiram após o envio da Convocatória. ----------

O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pediu a palavra e no uso da mesma, fez um voto de protesto manifestando desagrado pelo facto da reunião ter sido marcada para as 21h e 30m, havendo outras para as 20h e 30m e as reuniões estarem sob pressão, questionando se o final seria à meia noite ou após uma duração de quatro horas e meia, manifestando o desagrado pelo regime existente.

Acrescentou que tudo se complica com a inclusão de mais dois pontos na Ordem de Trabalhos, considerando que um é de grande complexidade, não podendo ser tratado a "mata cavalos" e que corresponde a uma legislação aprovada desde agosto, e o outro, foi tratado nas reuniões de Câmara nos dias cinco e dezanove e só tinha tido conhecimento dos dois, dois dias antes. Acrescentou que se quisesse fazer juízos de intenção, diria ser uma forma de se passar por cima daqueles assuntos (inicio: após 1 hora e 16 minutos; fim: após 1 hora e 18 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa interveio manifestando incompreensão relativamente às questões colocadas anteriormente, não percebendo o significado das reuniões serem sob pressão, afirmando que o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, que certamente conhecia os termos do Regimento que prevê a duração máxima de quatro horas e meia para a assembleia municipal e a imposição de deliberação para continuação após esse período, tendo sido o que tem acontecido, durando as reuniões, todo o tempo necessário. Esclareceu ainda que, na tentativa de agilizar, o horário do início tem sido sempre designado de acordo com a extensão da agenda, não existindo nada escrito sobre a obrigatoriedade de ser às oito e meia. Colocou ainda a possibilidade, para evitar que as pessoas se sentissem sob pressão ou cansadas, de serem revistos os horários das assembleias podendo ser durante a tarde, começando às duas horas. Relativamente à inclusão dos dois pontos, relembrou que já houve reuniões com muito mais, e de acordo com o Regimento, é possível na própria reunião ser deliberada a inclusão de assuntos, entretanto solicitados. Afirmou que, apenas por consideração com as pessoas, houve o cuidado de dar conhecimento, antecipadamente, mas constatou que existe sempre algo a apontar, ou porque as sessões são mais cedo ou porque são mais tarde, ou porque são avisadas antes ou porque são surpreendidas na hora. (inicio após 1 hora e 18 minutos; fim: após 1 hora e 22minutos) ----------

Seguidamente, a Senhora Presidente da Mesa informou que a inclusão dos dois pontos na Ordem do Dia, seria votada em separado, colocando à votação a inclusão do ponto: Nomeação do(s) representante(s) das Freguesias do Concelho para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta. ----------

Votaram a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, Jorge Manuel Ferreira Rama, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça, tendo-se abstido, o Senhor Deputado Municipal, João Manuel Lima Louceiro. ----------

A inclusão do ponto: NOMEAÇÃO DO(S) REPRESENTANTE(S) DAS FREGUESIAS DO CONCELHO PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA, foi aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção. ----------
O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, pediu a palavra, e no uso da mesma, perguntou porque é que constando o assunto, da Ata da Câmara Municipal que foi aprovada no dia três, só foi enviado à Assembleia Municipal no dia dez (inicio: após 1 hora 34 minutos; fim: após 1 hora e 38 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a inclusão do ponto: Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários – Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro – Proposta de criação de postos de trabalho no Mapa de Pessoal para 2018, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça; contra, os Senhores Deputados Municipais: Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Marilisa Morais Duarte, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e absteve-se, o Senhor Deputado Municipal, João Manuel Lima Louceiro. ----------
A inclusão do ponto: PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS – LEI N.º 112/2017, DE 29 DE DEZEMBRO – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO NO MAPA DE PESSOAL PARA 2018, foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor, seis votos contra e uma abstenção. ----------
A Senhora Presidente da Mesa informou que a Nomeação do(s) representante(s) das Freguesias do Concelho para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta e o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários – Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro – Proposta de criação de postos de trabalho no Mapa de Pessoal para 2018, incluídos na Ordem do Dia, serão numerados com o número sete e oito, respetivamente. Posteriormente, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados Municipais. ----------
O Senhor Presidente da Câmara, relativamente à intervenção da Senhora Deputada Municipal, Marlisa Duarte, esclareceu que a Escola existe desde os anos noventa, tendo a construção sido paga, cinquenta por cento, pelo Município e os outros, cinquenta por cento, financiada com fundos comunitários e que o edifício como existe, atualmente, foi pago, em grande parte, pelo Município, e a outra parte, pela Escola. Para proceder ao registo do prédio, é necessária uma operação de loteamento de toda a zona, verificando-se o enriquecimento do Município, tranquilizando ainda, afirmando que a Escola não nasceu para enriquecer

banqueiros. Acrescentou que a posição da Câmara será devidamente reapreciada, de acordo com a verdade dos factos históricos, após a análise de documentos que existem. Informou ainda que o Senhor Vereador Nuno Gonçalo Canilho não é Diretor da Escola Profissional, mas representante da Câmara Municipal, junto da sociedade Escola Profissional da Mealhada, indicado pelo Executivo Municipal. ----------
Quanto ao assunto apresentado pela Senhora Deputada, Ana Luzia, sobre o ITM, a informação sobre transparência é obrigatória por lei e é toda relevante, mas o mais importante para o Município foi um conjunto de inspeções a que foi sujeito e sem nenhuma participação ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público, considerando que isso é que é um grande elogio ao Município, o que pode ser extensivo a todos os presidentes, vereadores e presidentes da assembleia e não foi assim nos trezentos e oito municípios. Quanto à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, referiu que sempre foi contra a lei da extinção das freguesias, havendo unanimidade no executivo Municipal, tal como, na Assembleia Municipal, nas Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia. ----------
Perguntou ao Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, se tinha reparado no calendário, pois, sexta-feira santa, sábado, domingo e segunda feira, a Câmara não trabalhou, e ainda, se considera complexo criar lugares que se destinam a precários, pois, o que foi pedido foi a criação de lugares para pessoas que têm contrato de avença e que a Câmara já deliberou considerar como trabalhadores precários ao abrigo da legislação em vigor, determinando a lei que, quando não há lugar no quadro de pessoal, seja criado pela Assembleia Municipal. Acrescentou que o concurso é apenas para essas pessoas, não vendo nenhuma complexidade no processo (inicio: após 1 hora 48 minutos; fim: após 1 hora e 58 minutos) ----------
Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** ----------
1) VOTAÇÃO DAS ATAS N.ºS 3 E 4. ----------
A Senhora Presidente da Mesa procedeu a algumas correções na Ata n.º3 (inicio: após 2 horas; fim: após 2 horas e 04 minutos) ----------
Seguidamente, perguntou se alguém pretendia intervir, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Municipais, Ana Luzia Cruz e João Louceiro. ----------
1) A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, relativamente às suas intervenções, solicitou que fossem acrescentados outros esclarecimentos solicitados: relativamente à escola E.B. 2,3 "*.....e ainda para quando a intervenção nos serviços de reprografia naquela escola*" e ao Plano Estratégico Municipal Educativo: "*... e questionou também sobre o posicionamento do Executivo face à referência no documento ao perfil do professor da Mealhada e ao currículo local*" (inicio: após 2 horas e 04 minutos; fim: após 2 horas e 09 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa informou que a ata seria colocada à votação com a introdução das retificações sugeridas. ----------

2) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, referindo o interesse da divulgação de atas afirmou que existindo na página da Autarquia, um espaço para o mandato em curso, poderia ser disponibilizada a gravação das sessões para divulgação e auxílio do trabalho dos eleitos que pretendam verificar as propostas de atas que terão de votar. Referiu ainda a existência de uma gravação disponível naquele espaço com a data de vinte e sete de novembro mas decorreu a vinte e nove. Acrescentou que relativamente às atas em votação era de *inteira justiça registar a franca melhoria do* conteúdo e da forma, elogiando quem tem de executar esta difícil tarefa, havendo, no entanto, ainda aspetos a melhorar, como opções e omissões na descrição do que acontece nas reuniões. Solicitou ainda a correção do seu sobrenome Louceiro, pois, algumas vezes, lê-se "Couceiro" e na folha treze, a retificação da declaração do Senhor Presidente da Câmara Municipal que considerou ser inaceitável a privatização dos CTT, ao contrário do que ali consta. Acrescentou que na Ata n.º 3, não se revê na descrição dos motivos que levaram ao adiamento da designação dos elementos indicados para integrar a CPCJ, não sendo identificada a incompreensão que esteve na base do problema e do conflito, mas não tinha condições de propor outra redação porque não foi possível ouvir a gravação que não estava na net (inicio: após 1 hora e 19 minutos; fim: após 1 hora 29 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa agradeceu o reconhecimento do trabalho na elaboração das atas que é exaustivo e esclarece que, na tentativa de cumprir com o que é uma ata, que é um resumo das questões mais importantes, como as reuniões são extensas, pode não constar tudo. Relativamente ao reparo recorrente sobre as gravações das sessões, afirma não perceber a razão porque no próprio dia em que os Senhores Deputados Municipais recebem o texto escrito, recebem também a gravação, havendo até pessoas presentes que a ouviram e fizeram referência à mesma. Após a aprovação da ata, passa também a constar a gravação no *site* da Câmara Municipal. Afirmou ainda que serão efetuadas as correções aos erros, gralhas e ao nome, apresentando as desculpas pelo lapso (inicio: após 2 horas e 09 minutos; fim: após 2 horas 11 minutos) ----------

Seguidamente, a Senhora Presidente colocou à votação a Ata n.º 3, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça. O Senhor Deputado Municipal, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, absteve-se. ----------

A ATA n.º 3, foi aprovada, por maioria com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção. ----------

A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Ata n.º4, tendo perguntado se alguém queria intervir sobre o assunto. ----------

1) A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, pediu a palavra, e no uso da mesma, referiu que na Ata, na intervenção do Senhor Vereador Canilho, na análise dos gráficos, consta: "em relação ao Agrupamento de Escolas da Mealhada há uma total ausência de sinalizações", devendo constar "um número diminuto de sinalizações pelo agrupamento". (inicio: após 2 horas e 18minutos; fim: após 2 horas 20 minutos) ----------

Posteriormente, a Senhora Presidente colocou à votação a Ata n.º 4, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça; abstiveram-se os Senhores Deputados Municipais: Ana Paula Ribeiro Coelho, Isabel Dias Santiago e Luís Miguel Pereira Brandão, por não terem estado presentes na reunião. ----------

A ATA n.º 4 foi aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor e três abstenções. ----------

2) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro e Luís Miguel Pereira Brandão. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal, Pedro Semedo, solicitou informação sobre os indicadores de recolha para reciclagem de alguns tipos de resíduos do Concelho; sobre a expansão das ilhas ecológicas e a intenção ou não de converter as existentes num sistema mais prático; sobre o destino dos desperdícios da limpeza de jardins, sugerindo a colocação de contentores para o efeito nos bairros onde existam jardins privados (inicio: após 2 horas e 23 minutos; fim: após 2 horas e 29 minutos) ----------

2) A Senhora Deputada, Ana Luzia Cruz, referiu que nos quadros da ação social, a informação é muito vaga e questionou o corte dos contadores de água (inicio: após 2 horas e 29 minutos; fim: após 2 horas 33 minutos) ----------

3) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, no uso da palavra leu a seguinte intervenção: ----------

"1. Uma primeira questão relacionada com as receitas da autarquia. Na sessão de dezembro, o senhor presidente da CM disse aguardar com alguma expetativa que a Lei de Enquadramento Orçamental para 2018 pusesse cobro à imputação da taxa de ocupação do subsolo aos consumidores, praticada, no nosso caso, pela Lusitâniagás, permitindo à autarquia acabar com a isenção com que tem protegido os consumidores mas que custa quase 200.000 euros de receitas que deviam ser cobradas à empresa pelo uso do subsolo do nosso concelho. A expetativa decorria de ter ouvido um membro do governo apontar que isso seria corrigido naquela lei. Procurámos confirmar o que seria, por certo, uma medida positiva – e não a reincidente subserviência aos grandes grupos económicos – mas não o conseguimos. O que pode o senhor presidente dizer sobre esta matéria? ----------

Nos mapas da Posição Atual do Orçamento da Despesa encontramos a rubrica "Defesa da floresta contra incêndios", com uma significativa dotação de 861.000 euros. Para já, nada está cabimentado, comprometido ou pago. O que é que explica a posição atual desta rubrica? ----------

A propósito da defesa da floresta, dois pedidos de informação. O primeiro sobre a constituição da equipa de sapadores florestais e aquisição de viatura de que o senhor presidente aqui falou na última sessão. O segundo sobre desejável constituição de duas (?) ZIF na área de Barcouço: a CM tem conhecimento de mais algum passo que tenha sido possível dar nesse sentido? Teve ou tem prevista alguma intervenção facilitadora do processo? ----------

Qual é o ponto da situação relativo à criação do centro de recolha para animais errantes? Foi dado mais algum passo? ----------

A rubrica designada PIRPEC (Programa de Incentivo à Reconstrução do Património Edificado Concelhio), uma aposta da câmara em termos de reabilitação urbana, mantém-se aberta com uma dotação de 1,00 euro. Qual é a explicação? ----------

Qual é, por ora, o ponto da situação em relação à reabilitação da Escola Secundária, que foi, segundo o senhor presidente, o alfa e ómega da adesão da câmara à municipalização da educação, não obstante, dizemos nós, o embrulho da municipalização ser muito mais complicado e ameaçador do que esse alfa e ómega levariam a pensar (é de ver, aliás, o que o PS está a negociar com a direita para generalizar a dita "descentralização"). Na informação sobre empreitadas há a indicação de que a consignação da reabilitação da Secundária está em preparação. É possível saber quando vão arrancar as obras? ----------

Na Posição Atual do Orçamento da Despesa está aberta mas vazia a rubrica "Pavilhão municipal Mealhada – beneficiações". Sabendo que há problemas e uma acentuada degradação do equipamento, solicitamos ao senhor presidente que relembre se e o que está previsto para lhes fazer face. Na informação do gabinete de projetos e fiscalização do Departamento de Administração e Conservação do Território (DACT) ficamos a saber que o processo de Substituição da Cobertura e Outros Trabalhos de Conservação aguarda aprovação. Qual é a previsão para o início destas obras? ----------

Tendo em conta os dados da Situação Financeira Reportada a 26 de março, fica-nos

a ideia, porventura errada, de que haverá uma baixa realização de despesas de capital: 750 mil euros em 10,5 milhões orçados. O que é possível dizer-nos sobre isto? ----------

Duas interrogações relacionadas com a Infraestruturas de Portugal. O Projeto de Requalificação da Baixa da Pampilhosa aguardava, ainda, informação da IP. Já chegou? Já houve alguma diligência da câmara para que tal sucedesse? E relativamente ao parecer negativo da IP sobre a Ampliação do Parque de Parkour na Mealhada, houve alguma diligência da câmara e algum desenvolvimento? --------

Cremos ter percebido que o processo de Ampliação e Beneficiação da ETAR da Mealhada poderá já ter sido desbloqueado, depois do impasse decorrente da contestação de um concorrente preterido e do não reconhecimento pelo tribunal do interesse público em não suspender as obras. É assim, está desbloqueado? Quando se iniciam as obras? ----------

Lemos, designadamente, o comunicado da Câmara Municipal intitulado "Um Milhão de euros para reabilitar Convento e Via Sacra", em que foi dada conta da assinatura do auto de consignação da empreitada, cuja duração prevista é de um ano. Embora o comunicado seja recente, de 14 de março, já começou, efetivamente, a desejada reabilitação?!. São estas as perguntas que gostaríamos de ver respondidas. (inicio: após 2 horas e 33 minutos; fim: após 2 horas 38 minutos) ----------

4) O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, no uso da palavra colocou duas questões: qual o ponto da execução dos balneários e bancadas do Campo Municipal Jorge Manuel, no Luso, cujo projeto foi entregue para apreciação em 12 de junho de 2017, a data prevista para o início da obra e para a inauguração dos balneários e das bancadas. Solicitou ainda mais um pequeno investimento da Câmara para umas casas de banho públicas. Questionou ainda sobre a falta de espaço nas zonas industriais para acolher novas empresas e sobre a estratégia para criar espaços com infraestruturas capazes para que as indústrias do concelho se mantenham com melhores condições e cativem empresas de fora e criem emprego (inicio: após 2 horas e 38 minutos; fim: após 2 horas e 42 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados Municipais que esclareceu que a Câmara tem uma candidatura aprovada no domínio da recolha de resíduos sólidos urbanos e que se iniciará um estudo sobre a questão e ações de sensibilização. Esclareceu que existe outra candidatura pendente e que a Câmara tentará novas formas de intervenção, sobretudo na Mealhada, com uma novidade tecnológica, para expandir posteriormente. Quanto às ilhas ecológicas, reconheceu que nem todas funcionam bem e que se deveria acabar com as que não funcionam. Quanto aos desperdícios dos jardins e a questão da biomassa, afirmou ser uma questão colocada com muita acuidade no futuro. Quanto à intervenção da Senhora Deputada Municipal do Bloco de Esquerda, sobre a informação da ação social, esclareceu que há questões sigilosas, mas recomendará, junto das responsáveis, para haver atenção na informação quanto a números e locais. ----------

Quanto ao corte de contadores de água e reposição de contadores, afirmou que o Presidente da Câmara ou a Câmara, não têm poderes para anular execuções fiscais, mas qualquer pessoa que não pague a água, após a primeira fase do aviso a comunicar o não pagamento, começam a contar os juros de mora, e se não houver pagamento, contagem de despesas de execuções fiscais, e quando é citada pela segunda vez, põe-se a hipótese de ser cortada a água, e a maioria das pessoas, nesta situação, vai Câmara alegando dificuldades financeiras. Informou que têm sido perdoadas imensas despesas, quer de juros, quer de execuções fiscais, com base numa informação social, sendo muito raro os pedidos não serem atendidos. Sempre que a informação social, após contacto com as pessoas, refira uma razão forte para que a Câmara perdoe ou permita o pagamento em prestações, é o que tem sido feito e garantiu haver uma grande sensibilidade para as pessoas que têm dificuldades, por motivos de desemprego e doença. ----------

Quanto à posição da despesa, relativamente às questões da floresta, referiu que o Governo determinou a gestão das estradas municipais e o afastamento que tem que existir das casas isoladas ou em aglomerado. Esclareceu que a responsabilidade é municipal e a madeira cortada é dos proprietários, exercendo o município o poder de corte e limpeza dos resíduos, ocupando temporariamente a propriedade. Relativamente aos oitocentos e sessenta e um mil euros, informou que são um valor de cautela e os dois concursos que existem, somarão cerca de trezentos mil euros e dizem respeito a faixas secundárias das estradas municipais. Informou que estão contratados quatro sapadores, com contrato de avença e decorre um concurso, também para contrato de avença, para um quinto. Posteriormente, será enviado ao ICNF para certificação devendo operar uma fase de formação e compra de equipamento para os sapadores. Esclareceu que a viatura já estava comprada, devidamente identificada, devendo ser validada pelo ICNF que atribuirá um número que será transmitido ao SIRESP para as ligações de rádio. Quanto à ETAR, informou que o Município ganhou no incidente da suspensão do procedimento, no Tribunal Central Administrativo, já não estando a Câmara impedida de continuar, tendo passado à adjudicação, seguidamente, à receção dos documentos de habilitação dos empreiteiros e depois será remetido ao Tribunal de Contas. Quanto ao Mercado da Mealhada, informou que continua suspenso. Quanto ao PIRPEC, está inscrito no Orçamento e já há alguns processos que foram despachados favoravelmente e na revisão existem mais cinquenta mil euros para poderem ser usados pelos particulares que proponham, nos termos do regulamento, a beneficiação das casas. Sobre a questão do Parkur, o IP mantém o parecer sobre esse processo e quanto à baixa da Pampilhosa, já foi rececionado o parecer que é favorável. Sobre a Escola Secundária informou que a consignação seria feita na segunda-feira próxima e dois dos jardins de infância estão em obras, e o terceiro, em Casal Comba, aguarda o estudo geológico. Relativamente ao Convento do Bussaco, já foi feita a consignação da obra. Sobre o centro de recolha animal, informou que uma equipa do Município participou numa reunião sobre o mecanismo de financiamento e organização intermunicipal e poderá existir um centro de recolha animal municipal e um canil

intermunicipal ou outra forma de organização, estando a Câmara a melhorar o centro de recolha existente, em parceria com a associação 4 Patas e Focinhos. Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, sobre os balneários, informou que o processo tem sido um pouco difícil porque a burocracia é muita e os pareceres externos são muitos, estando já feito o projeto, estando a ser recolhidos pareceres internos e externos. Esclareceu que a Câmara Municipal tem minimizado a questão da casa de banho com a permissão de jogos no Centro de Estágios, mas logo que forem recebidos os necessários pareces e o estudo geológico, a empreitada avançará. ----------

Relativamente às zonas industriais, esclareceu que será feita a Revisão do Plano Diretor Municipal, que tem que ser revisto até 2019, e no mesmo, serão estudadas novas zonas industriais, pois o alargamento da Zona Industrial de Viadores esbarra com um problema que são as exigências da IP ao nível de obras de arte, devendo ser ponderado se a deslocalização, inicialmente prevista, no atual Plano Diretor, não será mais vantajosa noutro local. Acrescentou que será aberto concurso público para a venda de dois lotes (33 e 34), na Zona Industrial da Pedrulha, havendo na Zona Industrial de Viadores, duas instalações à venda e referiu ainda a existência de terrenos municipais com aptidão industrial, onde se poderão localizar industrias (inicio: após 2 horas e 42 minutos; fim: após 3 horas e 15 minutos) ----------

3) LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir e não havendo inscrições, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS. ----------

4) CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DE 2017 – PARECER DO AUDITOR EXTERNO: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Municipais, João Louceiro e Raúl Rodrigues. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, tomou a palavra para ler a seguinte intervenção: ----------

"No RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, volta a ser assinalado que há infraestruturas concluídas que permanecem sem registo na Conservatória do Registo Predial. Cruzando com os documentos do ponto seguinte da ordem do dia, cuidamos que se trate do pavilhão gimnodesportivo do Luso e várias estruturas localizadas perto do lago, bem como o edifício da Escola Profissional, onde nos encontramos, e que tal continue a decorrer da não implementação de loteamentos. ----------

Sobre isto, voltamos a perguntar ao senhor presidente se não seria desejável resolver esta questão e quais são os obstáculos a que tal suceda. ----------

Relativamente ao PARECER DO AUDITOR EXTERNO, registamos as conclusões positivas do parecer mas não nos passou despercebido um tom, digamos assim, menos laudatório do documento. Na verdade, ainda no ano passado, o auditor incluía no parecer uma recomendação para que manifestássemos ao órgão executivo da

autarquia e ao pessoal na sua generalidade o "apreço pela atividade desenvolvida". Desta vez, o parecer não o propõe. ----------
Trata-se, apenas, de uma diferença de sobriedade no estilo, agora mais contido, ou há mesmo um menor entusiasmo do auditor com as contas do exercício findo em dezembro de 2017? Estávamos habituados a ter a presença do Auditor, não acontece desta vez, mas por ventura não é isso que tem significado, e de qualquer maneira, se possível uma apreciação sobre isto." (inicio: após 2 horas e 46 minutos; fim: após 2 horas e 48 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa informou que foi comunicada a designação do dia e da hora da assembleia, ao Senhor Auditor. ----------
2) O Senhor Deputado Municipal, Raul Rodrigues, no uso da palavra, referiu ter questões para colocar ao Senhor Auditor, mas perante a sua ausência, foram entregues à Mesa para serem lhe serem enviadas e lidas e que a seguir se transcrevem: ----------
"Perdão dívida ----------
Uma vez que temos a oportunidade de conversar com o nosso ROC municipal há uma questão referente às dívidas de terceiros referentes ao ano 2017 que queremos colocar. O Sr. dr. sabe como nós que a Escola Profissional da Mealhada Lda é um dos devedores do município da Mealhada, quer no ano de 2016,quer no ano de 2017. Esta é uma sociedade em que o Município da Mealhada tem uma participação directa que ronda os 40%, sendo as restantes participações detidas por 3 privados. Acontece que na reunião de Câmara de 3 de Abril, com exercício devoto de qualidade, 3 vereadores socialistas aprovaram um perdão integral da dívida da sociedade Escola Profissional da Mealhada Lda, num valor superior a 100.000€. Esta sociedade apresentou como argumento a incapacidade de solveros pagamentos a curto prazo, ou seja precisa de liquidez que através de recurso a financiamento externo ou dos sócios poderia resolver este assunto. Por isso, através de empréstimo de sócio ou aumento de capital, o problema seria debelado. A questão que lhe colocamos é simples. Há uma dívida da Escola Profissional da Mealhada Lda inscrita nas contas municipais de 2017? Considera esta solução de perdão da divida a forma adequada de o Município, também como sócio, resolver esta situação de tesouraria? Face aos outros sócios, considera ou não que este perdão é lesivo das contas municipais e do sócio Município da Mealhada?" (inicio: após 2 horas e 48 minutos; fim: após 2 horas e 50 minutos) ----------
Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas. ----------
Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas. ----------
O Senhor Presidente informou que toda a área, onde se inclui o campo de futebol, o pavilhão municipal, a escola, a piscina e o parque de estacionamento, precisa de um estudo de loteamento para poder corresponder um lote a cada um, mas têm existido algumas dificuldades técnicas, nomeadamente, com os registos. Há um conjunto de bens que constam nas imobilizações em curso e que, após estes estudos e registos

prediais, deverão ser classificados, adequadamente, na contabilidade do Município, nas rubricas próprias. Esclarece que não existe qualquer sonegação de valores ou situações de menos clareza e relativamente à escola, entende que a Câmara não fez nenhum perdão. Entre o mandato que terminou em mil novecentos e noventa e nove e o que iniciou em dois mil e treze, decorreram catorze anos onde se verificou o crescimento da escola, e em dois mil e dezasseis, tem a informação de que a Câmara não tinha pago tudo, ou seja, não pagou as construções que a escola tem hoje em dia, tendo então surgido o problema, todavia, será tudo registado a favor da Câmara. Explicou ainda que se trata de um problema novo que desconhecia, uma vez que a Escola Profissional, sociedade por quotas, tem registado no seu balanço, imobilizações corpóreas, resultantes dos investimentos que fez no edifício. Acrescenta que resta saber quem deve a quem, mas em pouco tempo, serão apreciados os referidos factos, com os documentos necessários para se chegar a uma conclusão e se se trata de um perdão ou se a Câmara tem que pagar (inicio: após 2 horas e 50 minutos; fim: após 3 horas e 20 minutos) ----------

5) INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONSTAS DO EXERCÍCIO DE 2017:----------

A Senhora Presidente questionou se alguém queria intervir e não havendo inscrições, colocou o assunto à votação, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, João Manuel Lima Louceiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça. Abstiveram-se os Senhores Deputados Municipais: Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Marilisa Morais Duarte, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão e Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues. ----------

O INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONSTAS DO EXERCÍCIO DE 2017, foi aprovado, por maioria, com dezoito votos a favor e sete abstenções. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-

6) REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 2: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Municipais, Luís Brandão e João Louceiro. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, questionou a razão da redução de vinte e quatro mil euros no orçamento, no apoio à organização do Carnaval e sobre quais os terrenos a adquirir, verificando-se a existência de uma verba de um milhão

de euros para o efeito, e ainda, sobre o significado do acréscimo de cento e vinte e seis mil cento e cinquenta euros em "Outras instalações desportivas, recreativas" (inicio: após 3 horas e 30 minutos; fim: após 2 horas e 33 minutos) ----------
2) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, no uso da palavra, leu a seguinte intervenção: ----------
"Nesta proposta de revisão orçamental há várias inscrições/reforços em rubricas que têm a ver com pessoal. Está isto relacionado com a regularização de vínculos em curso? ----------
No mapa da proposta de modificação do orçamento surgem três rubricas que passarão a ter uma dotação de 30.001,00 euros adstritas a atividades de animação termal no Luso e de animação de verão e de Natal, na Mealhada. Compreendendo, em parte, esta despesa, interrogamo-nos sobre se não resultará daqui uma significativa desigualdade em relação a outras localidades/freguesias do concelho. Que comentário merece esta preocupação por parte da câmara? ----------
A rubrica "Caminhos de Fátima" recebe aqui uma inscrição/reforço de 50.000,00 euros, muito acima do que tem sido a sua dotação. Porquê? O que se prevê fazer com esta verba? ----------
No item "Transportes escolares" propõe-se um reforço de 120.000 euros, ficando com uma dotação corrigida de 302.000 euros. Porquê esta necessidade e porque acontece numa revisão orçamental? ----------
Nesta proposta de revisão, duas rubricas dedicadas ao "Festame" implicam um reforço de verba de 40.000 euros, num total corrigido da ordem dos 190.000 euros. Gostaríamos, também, de ter um comentário sobre esta proposta de reforço. --------
Numa rubrica denominada "Água" surge agora uma duplicação de verba de mais de 270 mil euros. Também há uma duplicação de 95 mil euros na rubrica "Deposição de lixos – ERSUC". Gostaríamos de ver explicadas as propostas para tais duplicações de dotação. ----------
No mapa das modificações às Grandes Opções do Plano encontramos o que nos parece ser uma significativa redução – perto de 40.000 euros – na rubrica "Manutenção de zonas ajardinadas". Quanto a isto, pedimos também uma explicação".(inicio: após 2 horas e 33 minutos; fim: após 2 horas e 35 minutos) ------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que a dotação para apoio ao carnaval é de sessenta mil euros, e em casos especiais, como quebra de receita de bilheteira, em virtude do mau tempo ou outro tipo de contratempo, poderá crescer até aos oitenta e quatro mil euros. Atendendo a que o Carnaval teve assistências normais, que já foram pagos sessenta mil euros, que ainda não foram apresentadas as contas do Carnaval e a Associação também não apresentou qualquer pedido de reforço da verba, não existe razão para serem atribuídos mais vinte e quatro mil euros. Sobre a verba de um milhão de euros, esclareceu que tem a ver com a necessidade de aquisição de mais um terreno para a requalificação da zona baixa da Pampilhosa e de resolução de questões com terrenos na Antes, Mealhada e Carqueijo e o valor de cento e vinte e seis mil cento e cinquenta euros, será para os pisos do Pavilhão do Luso e Pavilhão da Pampilhosa

e o sistema de rega do campo Dr. Américo Couto. Quanto às rubricas com a regularização dos vínculos, esclarece que há resultantes das valorizações remuneratórias da maioria dos funcionários da Câmara, resultante da pontuação do SIADAP e que a lei determina. ----------

Relativamente aos Caminhos de Fátima, a Câmara não irá pagar, uma vez que haverá financiamento através de uma candidatura comunitária, tendo o I.P. feito o projeto, mas que deverá ser completado com algumas alterações, uma vez que na Mealhada serão feitas duas passadeiras elevadas e iluminadas, uma na 234 e outra no acesso à Auto Estrada. Concluiu que o valor inscrito é o estimado uma vez que ainda não foi enviado o orçamento por parte da I.P. que é responsável pelo projeto. Quanto à verba de trezentos e dois mil euros é o procedimento, do lançamento do concurso, nos Transportes Escolares. A verba de quarenta mil euros, não é reforço, mas sim, uma correção. Sobre a água e a deposição dos resíduos sólidos urbanos, é uma previsão orçamental até ao final do ano, atendendo a que a Câmara tem comprado a totalidade da água a Coimbra. Quanto aos jardins, foi feito um concurso com entidades privadas, orçado em duzentos e cinquenta e quatro mil euros, mas a Câmara está descontente com a prestação do serviço, pois cada vez que era faturado, a Senhora Engenheira florestal reclamava a fatura e exigia crédito uma vez que os serviços eram mal executados ou não eram executados, pelo que, ou repetiam a execução, ou não se pagava a fatura. Considera que foi uma experiência negativa, sendo a opção a procura de mão de obra disponível com contratos para as pessoas trabalharem, e mais tarde, poder ser regularizado com a criação de lugares no quadro, criando empregos. (inicio: após 2 horas e 35 minutos; fim: após 2 horas e 45 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa, colocou à votação, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça. A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, absteve-se. ----------

A REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 2 foi aprovada, por maioria com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-

7) NOMEAÇÃO DO(S) REPRESENTANTE(S) DAS FREGUESIAS DO CONCELHO PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir ou se havia propostas para a Mesa, tendo sido apresentadas duas, uma pelo PS, que como foi apresentada em primeiro lugar foi designada como Proposta A, e outra, entregue pela Coligação "Juntos Pelo Concelho da Mealhada", designada como Proposta B. Seguidamente a Senhora Presidente procedeu à leitura das mesmas. ----------

"Proposta A ----------

A bancada do PS - Partido Socialista apresenta a esta Assembleia, seguindo o ponto da ordem de trabalhos a seguinte proposta: ----------

Como representantes das Freguesias do Concelho para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, a bancada PS - Partido Socialista propõe: ----------

-Claudemiro Manuel Jesus Semedo ----------

-Pedro Ricardo Fernandes Ferreira ----------

-João Carlos Ferreira dos Santos ----------

-Rosalina Maria Rodrigues Nogueira ----------

-Nuno Filipe dos Santos Veiga ----------

Os deputados do PS - Partido Socialista" ----------

"Proposta B ----------

LISTA DE 5 REPRESENTANTES DASFREGUESIAS DO CONCELHO DE MEALHADAPARA ACOMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA --------

1. Nuno Alegre (Luso) ----------

2. João Sequeira (Casal Comba) ----------

3. Manuel Melo Cruz (Vacariça) ----------

4. Jorge Rama (Barcouço) ----------

5. Gonçalo Moura da Costa (Pampilhosa) ----------

Mealhada, 13 de Abril de 2018" ----------

Após a leitura das propostas, a Senhora Presidente informou que após a votação, os representantes seriam designados pelo método de Hondt. ----------

A Senhora Presidente informou que o resultado da votação foi o seguinte: Proposta A – dezassete votos; Proposta B – seis votos; Dois votos em branco, pelo que, os representantes das Freguesias na Comissão Municipal de Defesa Floresta seriam os seguintes: Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, João Carlos Ferreira dos Santos, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira e Nuno Alegre.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-

8) PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS – LEI N.º 112/2017, DE 29 DE DEZEMBRO – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO NO MAPA DE PESSOAL PARA 2018: --

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Municipais, João Louceiro, Ana Luzia Cruz e Luís Brandão. --

1) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, no uso da palavra leu a seguinte intervenção: ----------

"O governo do PS criou o Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública, o chamado PREVPAP. Está no programa do

governo o combate à precariedade; nas posições conjuntas que estiveram por detrás da viabilização da solução governativa, o PS comprometeu-se com um "combate decidido à precariedade". ----------

Na administração central, o programa tem vindo a revelar-se, em quase todas as áreas, um embuste. Veja-se, por exemplo, o que tem sucedido ao nível do ensino superior e da investigação. ----------

Mas o PREVPAP chega, finalmente, às autarquias e em março o executivo camarário debruçou-se, digamos que de forma pouco pacífica, sobre a regularização de vínculos de trabalhadores que exercem funções para a autarquia. ----------

O PCP concorda com a regularização dos vínculos: a necessidades permanentes têm de corresponder vínculos efetivos, este é o princípio que tem de ser intransigentemente defendido! Sem manobras, sem aldrabices, sem atropelos a lei, à constituição e, até, não deixamos de o dizer do próprio direito comunitário, tão celebrado para outras coisas... ----------

Pela análise das atas das reuniões da câmara de 5 e de 19 de março, conclui-se que, afinal, é significativa a quantidade de situações contratuais ilegais que a autarquia tem vindo a manter. Sabemos que noutras autarquias o quadro até será muito pior, mas a própria fundamentação para a classificação da inadequação dos vínculos que a câmara agora – e bem – pretende regularizar mostra que se tornou num mau hábito o recurso a contratos de prestação de serviço com submissão hierárquica e cumprimento de horário. ----------

Claro que sabemos que, embora alguns autarcas convivam muito bem com a situação, o quadro identificado também na Mealhada resulta, em grande medida, de ataques que desferidos sobre o Poder Local, de garrotes impostos à sua autonomia e de limitações drásticas às condições em que exercem as respetivas competências. Concordamos, pois, com o objetivo de regularização dos vínculos: a necessidades permanentes têm de corresponder vínculos efetivos, neste caso, contratos por tempo indeterminado. Mas não podemos deixar de denunciar o pântano criado por anos e anos de recurso abusivo e institucionalizado, no caso, à prestação de serviços. Este quadro fomenta dúvidas sobre a seleção dos trabalhadores, cujos serviços, muitas vezes são alvo de adjudicação direta. Podem surgir conivências, compadrios, favorecimentos, submissões, cumplicidades político-partidárias, tudo em contramão com o que deve ser o serviço e o interesse público. ----------

Entre as situações a regularizar – não contestamos estarem enquadradas pela lei da regularização dos vínculos – surgem situações estranhas, pouco confortáveis, como a adjudicação de prestação de serviços a uma empresa que tem um trabalhador e que muda de gerência. Mas, claro, ser estranho não é ser ilegal. ----------

Impressiona, também, a criação de dois postos de trabalho na área de assessoria de imprensa/comunicação, dando conta de que há grandes organizações que não desfrutam de tantos recursos. Mas se esse é o caminho para fazer justiça em termos de vínculo a quem satisfaz necessidades permanentes, resta-nos acrescentar a nossa esperança de ver esses recursos não, exclusivamente, ao serviço da

propaganda da ação camarária mas a apoiar e divulgar, também, a atividade desta assembleia. ----------

Ainda uma nota marginal para dizer – é da vida! – que com esta regularização alguns dos que irão ver justamente estabilizada a sua situação laboral nunca lutaram nem política, nem sindicalmente, contra a precariedade; alguns, porventura, até tinham e têm raiva a quem luta contra a precariedade laboral! É da vida! ----------

Mudando de registo, afirmamos a nossa discordância pela opção do senhor presidente de não promover a criação de uma comissão de avaliação bipartida para acompanhar este processo. É certo que a lei não a impõe, mas não podemos concordar com a opção, mais cómoda, na verdade, mas errada. ----------

Pelos dados que nos chegaram, não contestamos o reconhecimento da inadequação dos vínculos nos casos em que tal foi feito. Por isso iremos votar favoravelmente a alteração ao mapa de pessoal. Mas levantam-nos sérias dúvidas, precisamente, as situações analisadas em que se concluiu pela adequação dos vínculos através de contrato de prestação de serviços, com base, desde logo, no desempenho de funções relacionadas com os contratos interadministrativos com as freguesias. São muitos e cada vez mais esses contratos, o que nos parece contraditar a conclusão de adequação de vínculo. Propomos que estes casos sejam cuidadosamente reanalisados. ----------

Outro aspeto que colocamos é o de outras formas de vínculo precário que existem na autarquia e que não vimos analisados. Falamos, desde logo, dos 19 contratos a termo resolutivo que a câmara tem inscritos no mapa de pessoal, referentes às AEC do 1.º ciclo. A câmara, bem ou mal, há muitos anos fez das AEC uma aposta e uma bandeira. Quer-nos agora convencer que nesse âmbito não há necessidades permanentes? Ou será que há expedientes para as disfarçar? ----------

E não nos digam que é porque os contratos são interrompidos ao fim de nove meses porque esse é, tão só, um dos expedientes habituais – qualquer patrão o conhece, embora nem todos o usem – para poupar custos com o trabalho e fazer de conta que o contrato a termo é legal. Também não nos venham dizer que é porque os horários são incompletos: isto diz pouco do caráter permanente ou não da necessidade e, para além disso, basta olhar para casos agora regularizados para perceber que um horário de trabalho não tem de se esgotar com o desempenho de uma só função. Nas AEC, na Mealhada, houve quem trabalhasse, com contrato a termo, anos a fio. Não há aqui indícios de vínculo inadequado?! O PCP propõe que também estas situações sejam reanalisadas pela câmara. ----------

Registamos, ainda, uma evidente contradição: no momento em que a câmara está em vias de regularizar vínculos precários, avança com novos contratos em duvidosa matriz de prestação de serviços – veterinários, sapadores florestais, quiçá jardineiros... Por exemplo, como se pode entender que, no caso dos sapadores florestais não venha a haver submissão hierárquica e cumprimento de horário? -----

Posto isto, o PCP declara que irá a votar a favor da alteração do mapa de pessoal, espera ver atendidas as propostas, nomeadamente, quanto à revisão de situações de trabalho precário na autarquia e não deixa de assinalar que é uma força política

que se bate persistentemente contra a precariedade laboral. Sem a ação e a luta de forças como o PCP, não estaríamos hoje, aqui, a discutir este assunto." (inicio: após 2 horas e 48 minutos; fim: após 2 horas e 55 minutos) ----------

2) A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, no uso da palavra, referiu que a criação de novos postos de trabalho é sempre um motivo de congratulação, não obstante as dúvidas sobre o assunto, questionando sobre a necessidade dos postos de trabalho na área da comunicação e assessoria de imprensa. (inicio: após 2 horas e 55 minutos; fim: após 2 horas e 57 minutos) ----------

3) O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, no uso da palavra, afirmou que o processo serviria para regularização da uma situação dos chamados "falsos recibos verdes", mas um dos casos é a criação de um posto de trabalho para um atual funcionário de uma empresa prestadora de serviços, acrescentando que apesar de existirem pareceres favoráveis da CCDRC, os mesmos não são vinculativos. Questionou se o posto de trabalho seria a tempo inteiro ou parte time. Como entendeu que o processo de regularização, suscitou muitas dúvidas, e sendo a Assembleia Municipal o órgão fiscalizador, decidiu colocar a questão, independentemente das pessoas envolvidas. (inicio: após 2 horas e 57 minutos; fim: após 3 horas e 01 minuto) ----------

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. ----------

O Senhor Presidente referiu que as pessoas têm direito à sua opinião e se houve intervenientes na Câmara que discordaram do processo, existem instâncias jurisdicionais que podem apreciar a justeza e a legalidade dos mesmos. ----------

Acrescentou que grande parte das informações foi feita por uma das maiores especialistas que conhece, em matéria de trabalho em funções públicas, achando difícil que as informações não contenham o suficiente e o necessário do ponto de vista da lei e foi por esse motivo que votou favoravelmente, assim como, relativamente a informações de outros técnicos da Câmara, a quem reconheceu competência para o efeito. Acrescentou ainda que na situação considerada difícil, além da referida informação da profissional altamente qualificada, também existe um parecer duma professora de Direito da Universidade de Coimbra, funcionária superior da CCDRC, devendo, por isso, existir mais respeito. (inicio: após 3 horas 37 minutos; fim: após 3 horas e 41 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa, colocou à votação, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça. Votaram contra os Senhores Deputados Municipais: ----------

Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Marilisa Morais Duarte, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues. ----------

O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS – LEI N.º 112/2017, DE 29 DE DEZEMBRO – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO NO MAPA DE PESSOAL PARA 2018, foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor e seis votos contra. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-

O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, pediu a palavra para, e no uso da mesma, em nome da Bancada da Coligação "Juntos pelo Concelho de Mealhada", leu a seguinte Declaração de Voto: ----------

"A regularização de vínculos precários do Município da Mealhada merece-nos sempre o maior respeito e atenção. Foi neste mesmo órgão que, neste âmbito, votámos favoravelmente uma posição conjunta que a Bancada do Bloco de Esquerda propôs à Assembleia Municipal da Mealhada. Recorde-se que esta preconizava uma recomendação de acolhimento aos precários do município, acabando com aqueles que fossem falsos avençados. ----------

Contudo quando se passou à prática e à aplicação da Lei 112/2017 de 29 de dezembro, no Município da Mealhada, constatou-se que ao executivo chegou, em vários casos, informação omissa no que aos requisitos legais diz respeito. Face à ausência dessa informação e à indisponibilidade em a ceder, o processo que hoje nos chega não pode merecer o nosso voto favorável. Contudo, estes futuros funcionários públicos merecem toda a nossa atenção, detalhe e sobretudo respeito. Mas tratar o processo de regularização de vínculos precários do Município da Mealhada com ligeireza fere o processo e a sua análise. Pelo que só nos restou votar contra" (inicio: após 3 horas e 46 minutos; fim: após 3 horas e 48 minutos) ----------

--------E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pela 01 hora e 25 minutos, do dia 14 de abril de 2018, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, por mim, Maria de Laçalete Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. ----------